



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **empresa especializada** para **elaboração completa do Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PTPCIP)** das edificações da **Seção Judiciária de Roraima (SJRR)**.

1.1.1. O PTPCIP deverá observar, no mínimo: **Código Estadual de Proteção Contra Incêndio e Emergência de Roraima (CEPCIE - LC nº 82/2004)**, **Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima (CBMRR)** (incluindo, conforme aplicabilidade, NT 40 – Projeto Técnico Simplificado, NT 44 – Vistoria e Fiscalização, e demais NTs vigentes) e normas ABNT correlatas (ex.: NBR 17240 – alarme; NBR 10897 – sprinklers; NBR 13714 – hidrantes; NBR 14276 – brigada; NBR 9077 – saídas de emergência; NBR 13434 – sinalização; NBR 9050 – acessibilidade).

1.1.2. As edificações da SJRR compreendem edificação de uso público institucional, com área construída aproximada de 4.400 m² (quatro mil e quatrocentos metros quadrados), composta por subsolo, pavimento térreo e pavimento superior, e o PTPCIP deverá ser entregue em nível de detalhamento suficiente para permitir a imediata licitação da execução das adequações projetadas, devendo incluir: levantamentos in loco; modelagem e detalhamento dos sistemas de proteção; plantas, planilhas orçamentárias, memoriais e ART/RRT; protocolo e acompanhamento da aprovação junto ao **CBMRR**, até a emissão do parecer/aprovação do projeto, conforme normas do **CBMRR** e ABNT aplicáveis.

2. DOS OBJETIVOS

2.1. **Regularizar e manter** as edificações da SJRR **conformes** às exigências legais de segurança contra incêndio e pânico, reduzindo riscos à vida e ao patrimônio, e **viabilizando licenciamento** junto ao CBMRR.

2.2. Fornecer base técnica para **eventuais contratações futuras** de execução das adequações recomendadas no PTPCIP.

3. DA FINALIDADE E DAS JUSTIFICATIVAS

3.1. O Estudo Técnico Preliminar nº [24373118](#) evidencia a necessidade de contratação especializada para atender exigências legais e obter/renovar os certificados junto ao CBMRR, mitigando riscos de interdição, responsabilização e danos.

3.2. A contratação também se alinha às diretrizes de governança e planejamento do TRF1 (PCA/CAC) e às boas práticas de contratações sustentáveis e gestão de riscos.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

4.1. **Lei nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos (modos de disputa, planejamento da contratação, critérios de julgamento e recebimento do objeto).

4.2. **Resolução PRESI TRF1 nº 18/2024** – diretrizes para o **Plano de Contratações Anual** e governança das contratações no TRF1 e seções judiciárias.

4.3. **CBMRR/CEPCIE (LC nº 82/2004)** e **Normas Técnicas do CBMRR** – requisitos e procedimentos para projetos e regularização de segurança contra incêndio no Estado de Roraima.

4.4. **IN SEGES/ME nº 65/2021** – diretrizes para **pesquisa de preços** (quando cabível a serviços em geral não enquadrados como obras/serviços de engenharia).

4.5. **Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do CJF (2023)** – critérios de sustentabilidade aplicáveis.

5. DO ENQUADRAMENTO, MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 O objeto a ser contratado caracteriza-se como **serviço técnico especializado de engenharia**, de natureza predominantemente intelectual, envolvendo elaboração de projeto técnico normatizado, com responsabilidade profissional e submissão à análise de órgão técnico externo (CBMRR). Considerando que os requisitos técnicos encontram-se integralmente definidos em normas técnicas oficiais e que não há espaço para soluções técnicas alternativas relevantes, admite-se a utilização do **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A forma de adjudicação deverá ser global, uma vez que seu fracionamento dificulta o gerenciamento e fiscalização, assim como de possível responsabilização por imperícia técnica.

5.3. O critério de julgamento do procedimento licitatório deverá ser o menor preço, seguindo os critérios de formação e aceitabilidade de preços constantes na Lei 14.133/21, destacando que o valor global da proposta da proponente deverá ficar abaixo ou igual ao valor constante no item CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA deste Termo de Referência.

6. DO REGIME DE EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

6.1. **Preço global** por serviço, compreendendo todos os custos diretos e indiretos para entrega dos produtos contratados.

6.2. **Acompanhamento e fiscalização** pela SESEG/SJRR, com emissão de Termo de Recebimento Provisório (**TRP**) e Termo de Recebimento Definitivo (**TRD**) conforme Lei nº 14.133/2021.

7. DA VISTORIA

7.1. Às empresas interessadas será facultada a realização de visitas aos locais de execução dos serviços, mediante agendamento junto à SESEG pelo fone (95) 2121-4229 ou pelo e-mail: seseg.rr@trf1.jus.br para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua descrição.

7.2. As licitantes não poderão alegar desconhecimento das características técnicas dos serviços, mesmo que optem por não vistoriar os locais onde os serviços serão executados.

7.3. Sugerimos fortemente a realização da vistoria pela licitante antes da elaboração da proposta.

7.4. Será de responsabilidade da Contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato.

7.5. O silêncio da licitante quanto à vistoria, ao teor deste Termo de Referência ou edital licitatório, dentro do prazo adequado anterior à licitação, importará na sua aceitação total e irrestrita a todos os termos do edital como um todo, e, em assim sendo, não serão aceitas impugnações ou recursos posteriores ao prazo hábil atinentes à matéria;

7.6. Caso o licitante opte pela não realização da vistoria, deverá emitir declaração própria, assinada por representante ou preposto, dando fé que conhece todos os elementos técnicos necessários ao cumprimento do objeto desta licitação, estado ciente das condições físicas, responsabilizando-se integralmente, também pela execução do objeto nas condições descritas neste Termo de Referência e no Edital, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições existentes.

8. DA HABILITAÇÃO (JURÍDICA, FISCAL E TÉCNICA)

8.1. **Regularidade jurídica e fiscal:** conforme legislação vigente (FGTS, CNDT, tributos federais, etc.).

8.2. Qualificação técnica:

a) Registro da pessoa jurídica licitante no CREA ou CAU competente, compatível com o objeto da contratação, bem como indicação do(s) respectivo(s) responsável(is) técnico(s), com apresentação da(s) correspondente(s) ART/RRT.

b) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da pessoa jurídica licitante e/ou do(s) responsável(is) técnico(s) por ela indicado(s), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado(s) da respectiva ART/RRT, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços de elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PTPCI/PTPCIP), aprovado(s) por Corpo(s) de Bombeiros Militar(es) estadual(is).

Para fins de aceitação, o(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar serviços **compatíveis em características, complexidade e porte**, atendendo, cumulativamente, aos seguintes critérios mínimos:

b.1) O(s) projeto(s) deverá(ão) referir-se a edificação(ões) com área construída igual ou superior a 2.200 m² (dois mil e duzentos metros quadrados), correspondente a 50% (cinquenta por cento) da área total do prédio da Seção Judiciária de Roraima, admitida a soma de atestados para fins de comprovação do quantitativo mínimo exigido;

b.2) O(s) projeto(s) deverá(ão) contemplar edificação(ões) com mais de um pavimento, incluindo, obrigatoriamente, pavimento superior ao térreo,

sendo admitida a comprovação de experiência em edificações com subsolo, pavimento térreo e/ou pavimentos elevados;

b.3) O(s) projeto(s) apresentado(s) deverá(ão) abranger, no mínimo, sistemas compatíveis com edificações institucionais de uso público, tais como: rotas e saídas de emergência, sinalização de emergência, iluminação de emergência, extintores, e, quando aplicável, sistemas de hidrantes, detecção e alarme de incêndio;

b.4) Não serão aceitos atestados relativos exclusivamente a projetos técnicos simplificados, edificações unifamiliares, edificações térreas de pequeno porte, galpões isolados de baixo risco ou serviços que não tenham sido submetidos à análise e aprovação por Corpo de Bombeiros Militar;

b.5) Os atestados apresentados deverão conter, de forma clara, informações que permitam a verificação da área construída, do número de pavimentos e da aprovação do projeto pelo respectivo Corpo de Bombeiros, facultada à Administração a realização de diligências para esclarecimentos ou complementações.

c) Comprovação de equipe técnica mínima, composta por, no mínimo, **01 (um) profissional legalmente habilitado**, engenheiro ou arquiteto, com atribuição para elaboração de Projeto Técnico de Prevenção e Combate a Incêndio, que atuará como **Responsável Técnico**, e **01 (um) profissional técnico de apoio** para elaboração gráfica e documental do projeto, admitida a participação de outros profissionais conforme a complexidade do objeto.

9. ESCOPO TÉCNICO E ENTREGÁVEIS (PRODUTOS)

9.1. Levantamento técnico in loco e diagnóstico: medições, verificação de ocupações/uso, cargas de incêndio, rotas de fuga, saídas de emergência, acessibilidade, sistemas existentes (hidrantes, extintores, detecção/alarme, iluminação e sinalização de emergência, compartimentação, SPDA quando pertinente ao escopo do CBMRR), e demais requisitos do CEPCIE/NTs CBMRR.

9.2. Projeto (PTPCIP) completo, contendo no mínimo:

- Plantas e detalhes em formato RVT/**DWG/PDF**, memoriais descritivos, memoriais de cálculo e listas quantitativas;
- **Especificações técnicas** dos sistemas propostos (hidrantes, sprinklers, detecção/alarme, iluminação e sinalização de emergência, compartimentação, controle de fumaça, rotas e saídas, corrimãos/guarda-corpos, etc.), conforme ABNT e NTs CBMRR;
- **Cronograma e prazos;**
- **Orçamento sintético, analítico e composições unitárias;**
- **Memorial descritivo;**
- **ART/RRT** do responsável técnico;
- Protocolização e acompanhamento do projeto junto ao CBMRR até a emissão do parecer técnico de aprovação, **incluindo as taxas de análise e reapresentação de projeto exigidas pelo Corpo de Bombeiros**, não estando abrangidas taxas de vistoria técnica

final ou emissão de certificado de regularidade da edificação, salvo se exigidas exclusivamente para a aprovação do projeto.

- **Treinamento/apresentação técnica** de resultados à equipe da SESEG/SJRR.

9.3. Padrões de entrega:

- Digital: arquivos editáveis (DWG/RVT quando houver modelagem), PDFs assinados digitalmente, planilhas em XLSX;
- Analógico: um (1) jogo impresso quando solicitado pela fiscalização.

10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.1 A empresa ou profissional licitante deverá apresentar, com a devida indicação de seu autor e respectiva assinatura, proposta que contenha os seguintes documentos:

- a. Preços global para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- b. Prazo de execução;
- c. Validade da proposta.

10.2. A formatação do cronograma físico-financeiro e da proposta das Licitantes não deverá ultrapassar o prazo de **30** (trinta) dias corridos.

10.3. O valor global das propostas das Licitantes não poderá ser maior que **R\$22.761,78 (vinte e dois mil setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos)**. As propostas apresentadas acima deste valor serão desclassificadas.

10.4. Os licitantes encaminharão, unicamente por meio eletrônico, via sistema próprio, concomitantemente com os documentos de habilitação, a proposta orçamentária (Planilha Orçamentária - Fator "K", cronograma físico-financeiro e composição dos encargos sociais) até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.5 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISSQN, PIS e COFINS, discriminados na Planilha Orçamentária - Fator "K", que sejam compatíveis com as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher, previstas no Anexo V da Lei Complementar n. 123/2006. A composição de encargos sociais, não deverá incluir os gastos relativos às contribuições que essas empresas estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe a referida Lei Complementar.

10.6. As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que não poderão ser alegadas em favor de pretensões de acréscimos dos preços propostos.

10.7. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição do seu preço. Considerar-se-á a Contratada como profundamente conhecedora dos serviços objeto da contratação, o que significa que deverão ser computados, no

preço proposto, todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais etc., necessários à completa execução dos serviços.

10.8. A administração poderá realizar diligências, a seu critério, notadamente no caso de constatar que o valor cotado apresente indícios de inexecuibilidade.

11. CRONOGRAMA E PRAZOS

11.1. O prazo total para execução dos serviços técnicos sob responsabilidade da contratada será de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da Ordem de Serviço, abrangendo a elaboração e entrega do projeto final e sua protocolização junto ao CBMRR.

11.2. O prazo de análise e manifestação do CBMRR não integra o prazo contratual, por tratar-se de ato de órgão externo à Administração e à contratada, permanecendo a obrigação da contratada de atender eventuais exigências técnicas decorrentes da análise.

11.3. **Prazo total: 30 dias corridos** a partir da Ordem de Serviço **(OS)**, distribuídos em:

Etapa 1 – Levantamento e Diagnóstico: **10 dias**;

Etapa 2 – Projeto Final (PTPCIP): **20 dias + protocolo CBMRR**.

12. ORIENTAÇÕES QUANTO AO CONTEÚDO DO PROJETO E DOCUMENTOS

12.1 DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DESCRITIVO E COMPOSIÇÕES A SEREM ELABORADOS PELA CONTRATADA

- O orçamento deverá ser detalhado com cronograma físico-financeiro para licitação da execução da obra de reforma, **incluindo planilha de composição do BDI**, com indicação dos índices, assinado por profissional habilitado e com registro no órgão técnico competente – ART do CREA ou RRT do CAU.
- O orçamento deverá atender o Decreto 7.983/2013 e Acórdão 2.622/2013 do TCU para BDI –especificamente, seja utilizada a tipologia construção de edifícios, considerando a natureza dos sistemas de prevenção e combate a incêndio a serem futuramente executados.
- Composição de todos os custos unitários da planilha, com indicação do item de referência utilizado para cada serviço, devendo as cotações ser limitadas aos preços indicados nas fontes de consulta, com a seguinte ordem de preferência: a) Mediana de preços do SINAPI; b) e por pesquisas de mercado, sendo estas no mínimo 3 cotações válidas;
- As especificações técnicas de todos os materiais e equipamentos a serem empregados na reforma deverão ser completas, claras e detalhadas, com indicação de qualidade, quantidade, cor, formato, acabamento e, sempre que cabível, acessórios, capacidade, potência, consumo, composição, resistência, precisão, rendimento, durabilidade, segurança, funcionalidade, acompanhamento tecnológico, compatibilidade de especificações de desempenho,

padronização, adoção de normas técnicas, observância de leis e atos normativos que regulam o fornecimento dos bens, prazo de garantia, ergonomia, condições de manutenção, condições de assistência técnica, forma de armazenamento;

- A indicação de marcas ou fabricantes poderá estar contida nas especificações técnicas desde que sejam imprescindíveis para apontar as características mínimas de aceitabilidade do material ou equipamento e terão caráter meramente referencial;
- Além das especificações completas dos materiais, deverão ser especificados todos os serviços a serem executados na obra, com indicação dos procedimentos e métodos de execução de acordo com as normas pertinentes e com as recomendações dos fabricantes;
- Nas especificações dos materiais, equipamentos e serviços deverão ser observados critérios de sustentabilidade ambiental, com o objetivo de reduzir os impactos à saúde humana, meio ambiente e direitos humanos;
- As planilhas para orçamentação deverão expressar os quantitativos precisos dos materiais, equipamentos e serviços que serão necessários para executar a obra;
- Nas planilhas de quantificação, deverão ser evitadas unidades genéricas como verba, conjunto, ponto ou similares;
- Apresentar a composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas;
- Providenciar junto ao CREA a ART da planilha orçamentária;

12.2 DIRETRIZES DO MEMORIAL DESCRITIVO A SEREM ELABORADOS PELA CONTRATADA

O memorial descritivo deverá conter:

Informações técnicas necessárias à caracterização de cada serviço, dos componentes construtivos e dos materiais de construção (através de esboços ou croquis);

Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

- Características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos pelos rigorosamente equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;
- Procedimentos de execução;
- Aspecto e desempenho final desejados;
- Descrição pormenorizada de cada uma das instalações, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelas diversas concessionárias locais;
- Deverá conter planilha geral de quantitativos.

13. DO RECEBIMENTO/ACEITE DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

13.1. Termo de Recebimento Provisório (TRP) –em até 5 (cinco) dias a partir da comunicação escrita da Contratada confirmando a finalização dos serviços, e o correspondente aceite pelo Contratante.

13.2. Termo de Recebimento Definitivo (TRD) –em até 5 (cinco) dias, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

13.3. A forma, bem como os agentes, referentes aos TRP e TRD seguirão os ditames da Lei 14.133/21.

13.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

13.5. A aprovação do PTPCIP pelo CBMRR é critério de aceite do produto final; exigências do CBMRR que decorram de não conformidades do projeto deverão ser integralmente atendidas pela contratada, sem ônus adicional.

13.6. A entrega dos serviços fora do prazo estabelecido e/ou de forma incompleta ou com falhas poderá ensejar em penalidade.

14. DO PROCEDIMENTO PARA PAGAMENTO

14.1. DO DOCUMENTO DE COBRANÇA

14.2. Para efeitos de pagamento, a empresa vencedora deverá apresentar documento de cobrança constando de forma discriminada a efetiva realização dos serviços executados, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.

14.3. A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação de que cumpriu as seguintes exigências, cumulativamente:

14.4. Declaração de Opção do Simples Nacional;

14.5. Certidão de regularidade com o FGTS (FGTS-CRF);

14.6. Certidão de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (CONJUNTA);

14.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

14.8. Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Contrato sem a observância das formalidades legais pertinentes, a empresa vencedora deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

14.9. Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias úteis contado do seu recebimento, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1. Fiscalizar a execução; fornecer informações e acesso necessários; analisar e aprovar etapas; efetuar pagamento conforme aceite;

notificar não conformidades.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Executar o objeto conforme este TR e normas aplicáveis; manter equipe habilitada; apresentar **ART/RRT**; participar de reuniões; responder a exigências do CBMRR; **custear taxas, emolumentos e cópias** necessárias à aprovação e entrega; **corrigir falhas** sem ônus; **manter regularidade fiscal** durante a execução.

17. DA GARANTIA

17.1 Objetivando assegurar o fiel cumprimento deste contrato, a Contratada deverá apresentar a garantia contratual a seguir identificada, numa das modalidades previstas na Lei 14.133/21, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste contrato.

17.1.1 A Garantia será no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

17.1.2 O prazo de garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por até 3 (três) meses após o término final da vigência do contrato.

17.1.3 No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, em conta específica e com correção monetária, em favor do Contratante.

17.2 É obrigação da Contratada fazer constar do documento de garantia, expressamente sua vinculação a esta cláusula contratual.

17.3 A garantia deverá ser renovada/endossada a cada prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação, na hipótese de reajustes/repactuações realizados mediante apostila ao contrato.

17.4 A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:

17.4.1 Pagamento imediato pela ocorrência de quaisquer eventos danosos previstos no contrato, notadamente os relativos a multas moratórias e/ou compensatórias, mediante simples apresentação, pelo Contratante, do valor apurado ou fixado de acordo com as pertinentes cláusulas deste contrato.

17.4.2 Cobertura de prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada na execução do contrato, apurados em regular processo administrativo, até o limite previsto no subitem 20.1.1.

17.4.3 Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada.

17.4.4 Renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária (Lei nº 10.406/2002).20.5.

17.5 Não se admitirá garantia que exclua a obrigação prevista no subitem 20.4 ou que condicione a efetiva cobertura à participação ou interveniência do garantidor em processo administrativo instaurado contra a Contratada.

17.6 No caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da Contratada.

17.7 Sancionado a Contratada, caso este não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente ao valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita.

17.8 Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 20.4.1, 20.4.2 e 20.4.3 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

17.9 Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

17.10 Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, ficará sujeita às penalidades contratuais cabíveis.

17.10.1 Nesta hipótese, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

17.11 A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

17.11.1 Na hipótese de não pagamento ou irregular pagamento de verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação, a garantia será utilizada para essa finalidade diretamente pela Administração, especialmente se esse inadimplemento for verificado até o segundo mês após o encerramento da vigência contratual.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades, além daqueles determinados pela gestão do contrato, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

18.1.1. Advertência;

18.1.2. Multa;

18.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

18.2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

18.2.1. Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto

ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

18.2.2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

18.2.3. A qualquer tempo, se constatado atraso de até 20% (vinte por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o prazo das etapas constante neste Termo de Referência.

18.3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

18.3.1. Nas ocorrências relacionadas na Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades;

18.3.2. Caso haja a inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato;

18.3.3. Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% por dia de atraso, limitada a 10% do valor total do contrato.

18.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

18.4.1. A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão do serviço, 30% dos produtos a serem entregues no total das etapas;

18.4.2. Ocorrer a execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% dos produtos a serem entregues no total das etapas;

18.4.3. A CONTRATADA abandonar a execução dos serviços, sem justificativa, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis intercalados.

18.5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos em relação aos prazos estipulados neste instrumento.

18.6. Será configurado **atraso injustificado** na execução do objeto, quando:

18.6.1. A CONTRATADA executar menos de 70% do previsto dos produtos a serem entregues no total das etapas.

18.6.2. A CONTRATADA não concluir o serviço no período previsto neste Termo de Referência, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

18.7. Além das multas previstas, poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1 - Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$1.000,00

2	R\$2.000,00
3	R\$3.000,00

Tabela 2 - Tipos de Ocorrências e Grau de Penalidades

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
1	Fornecer informação pérfida de serviço após primeira comunicação da fiscalização; por ocorrência.	1
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por ocorrência.	2
3	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	3
Para os itens a seguir, DEIXAR DE:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	1
7	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	2
8	Cumprir com quaisquer obrigações previstas em cláusulas específicas deste instrumento; por ocorrência.	3

18.8. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

19. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

19.1. Os **projetos e documentos** gerados pertencem à SJRR, com cessão definitiva dos direitos patrimoniais; a contratada deverá fornecer todos os arquivos editáveis e finais.

20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

20.1. Aplicar, quando cabível, **critérios de sustentabilidade** (eficiência energética, materiais de menor impacto, logística reversa de resíduos do processo de levantamento/protótipos, etc.), seguindo o **Manual de Sustentabilidade do CJF** e guias federais.

20.2. O projeto deve observar **acessibilidade (ABNT NBR 9050)**, incluindo **rotas acessíveis de fuga** e comunicação visual adequada.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

21.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 090039/00001;

II) Fonte de Recursos: 10000000000;

III) Programa de Trabalho: 02061003342570001 (PTRES 168312);

IV) Elemento de Despesa: 33903905.

21.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22. SUBCONTRATAÇÃO

22.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

23. ANEXOS

23.1 É parte integrante deste Termo de Referência:

Estudo Técnico Preliminar ([24373118](#));

ANEXO I - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - FATOR "K" ([24373115](#));

ANEXO II - ENCARGOS SOCIAIS - RR ([24387604](#)).



Documento assinado eletronicamente por **Altino da Silva Neto, Supervisor(a) de Seção**, em 22/01/2026, às 12:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Edimilson Laercio Silva de Almeida Neto, Supervisor(a) de Seção**, em 22/01/2026, às 12:24 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **24391606** e o código CRC **9FBC016C**.